



## México: Estado de exceção sem ditadura, 1964 - 1982.

### Primeiras aproximações.

AZUCENA CITLALLI JASO GALVÁN\*

Tratar da história política do século XX mexicano é observar necessariamente a história do Partido da Revolução Institucional (PRI). Segundo Serge Berstein, as rupturas profundas são fundamentais para justificar a emergência de organizações que “traduzam uma tendência da opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo” (BERSTEIN, 2003: 67). O sistema político mexicano é resultado da institucionalização da revolução popular da década de 1910. Os primeiros governantes foram caudilhos revolucionários que fomentaram a gestação de uma burocracia político-militar ajudando na estruturação do novo estado pós-revolucionário. A conformação do Partido Nacional Revolucionário (PNR) em 1929,<sup>1</sup> sentou as bases de uma democracia com fundamento teórico no enciclopedismo francês e no federalismo estadunidense,<sup>2</sup> além de nutrir-se das experiências desenvolvidas na Europa dos anos vinte, pelo que “*innegablemente comportaba rasgos totalitarios*” (GARRIDO, 1986: 126). Seu objetivo principal era neutralizar as lutas facciosas dentro da burguesia que tinha assumido a liderança do processo, ou seja, criar um espaço de discussão para a “família revolucionária” fazendo um chamado à unidade para conseguir a reconstrução nacional após duas décadas de guerra civil (COSÍO VILLEGAS, 1976: 23; PAZ, 1992: 60).

Durante o governo do general Lázaro Cárdenas (1934-1938), considerado por Lorenzo Meyer e Héctor Aguilar Camín, como o primeiro propriamente presidencialista,<sup>3</sup> o partido é reformulado e se constitui numa espécie de frente popular, uma organização de massas que

---

\* Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

<sup>1</sup> O PNR muda de nome para Partido da Revolução Mexicana (PRM) em 1938, e por último para Partido da Revolução Institucional (PRI) em 1946.

<sup>2</sup> Estados Unidos é o primeiro sistema presidencialista e tem como fundamento a Constituição de 1787. Suas fontes teóricas são: a) o direito público inglês, onde se substitui o chefe do estado hereditário por um de eleição popular; b) a Constituição de Nova Iorque de 1777 e de Massachusetts de 1780, onde se postula a independência do poder executivo, e c) as ideias de Locke, Montesquieu e Blackstone. (GONZÁLEZ CASANOVA, 1967: 35).

<sup>3</sup> “Desde sua fundação até meados de 1935, nenhum chefe do Executivo conseguirá tomar plenamente as rédeas do partido, e o PNR havia sido o meio fundamental de manter a ‘diarquia’ presidente/chefe máximo que, até aquele momento, desde a morte de Obregón, havia caracterizado a política nacional do México. A partir da crise de 1936 [ruptura Cárdenas-Calles], o partido oficial se converteu rapidamente em uma das bases mais sólidas do presidencialismo pós-revolucionário” (AGUILAR CAMÍN & MEYER, 2000: 196-197).

realizava a mediação entre o aparato estadual e os movimentos sindicais e camponeses.<sup>4</sup> A instituição presidencial fortaleceu-se pela aliança com os sectores populares. Esta nova estrutura

*no hizo más que dar al Estado nuevos medios para fortalecer su control sobre las organizaciones sindicales pues éste podía en lo sucesivo, oponer las demandas de un sector a las de otro y reforzar su capacidad de negociación, [consolidando assim] una amplia estructura de mediación que permitía el control de los movimientos populares (GARRIDO, 1986: 386).<sup>5</sup>*

Diz Berstein que nos partidos dos sistemas democráticos há uma oligarquia de dirigentes profissionais e que geralmente aparecem como inamovíveis e que dirigem o partido sem nenhuma restrição. O poder político então pertence a essa elite, pelo que “a existência de um partido, mesmo que se o suponha democrático, é incompatível com a democracia” (BERSTEIN, 2003: 84). O PRI, tinha consolidado essa classe política dirigente. Jorge Carpizo, desde uma ótica histórico-jurídica, conclui que o sistema político mexicano está constituído por duas peças-chaves: o partido hegemônico e a figura presidencial.<sup>6</sup> O que “*con todos sus defectos, vicios e injusticias, ha dado a nuestro país varios decenios de estabilidad política, un gobierno civil, cierto número de libertades y algunas posibilidades para la realización personal*” (CARPIZO, 1985: 9).<sup>7</sup> O autor faz uma autópsia do sistema político, desentranhando as causas da exagerada

<sup>4</sup> Este processo é denominado por Gramsci como *transformismo* e consiste na assimilação dos intelectuais das classes subalternas à classe política com o fim de decapitar a direção desses grupos: “O transformismo torna-se assim um meio da classe fundamental ao evitar os inconvenientes da hegemonia conservando, porém, suas vantagens (...). Não é a simples e primitiva utilização da coerção, mas a decapitação pacífica dos grupos inimigos; (...) hegemonia dos intelectuais da classe dominante sobre os dos outros grupos sociais, que leva à dominante sobre as outras classes.” (PORTELLI, 1990: 73).

<sup>5</sup> Teoricamente, os partidos que exercem o poder têm que articular compromissos com todos os setores sociais, pelo que também têm que levar em consideração os pontos de vista dos adversários, conseguindo assim, a hegemonia necessária para exercer o poder. Esse exercício de mediação constrói, dessa forma, os elementos necessários para colocar o partido como a expressão das aspirações de toda a sociedade, pelo que majoritariamente subscrevem o consenso e contribuem à consolidação da hegemonia (BERSTEIN, 2003: 77-78). Para Gramsci, não é somente uma questão de aspirações materializadas, para o autor, a manutenção da hegemonia é conseguida através de uma unidade dialética entre o consenso e a coerção. Ao incluir o elemento da violência, Gramsci coloca a possibilidade de que não todas as vozes sejam escutadas e não todas as aspirações recolhidas e expressadas no exercício do partido no poder. (PORTELLI, 1990).

<sup>6</sup> Esta mesma tese a encontramos em HERNÁNDEZ CHÁVEZ, 1994; MENDOZA BERRUETO, 1998; e, RUIZ HARRELL, 1988.

<sup>7</sup> Ainda que este autor também analise alguns fatores que limitam o poder presidencial, é Pablo González Casanova que desde a sociologia marxista esmiúça o funcionamento da democracia mexicana, fazendo uma caracterização das estruturas formais do poder, pondo especial ênfase na relação do presidente com os outros poderes que participam da política nacional (Congresso, Suprema Corte, sindicatos, governos estaduais e municipais), para aprofundar posteriormente nos grupos menos visíveis e que se constituem como grupos de pressão política (os caudilhos locais, as Forças Armadas, o clero e a classe empresarial). González Casanova não perde de vista o nexo inseparável entre a democracia e o desenvolvimento socioeconômico, que são resultado da interação das forças

concentração do poder na figura presidencial esboçada na constituição, e dos poderes “*metaconstitucionales*” que tem adquirido após décadas exercendo o poder.<sup>8</sup>

As práticas políticas, foram garantidas pela construção e aplicação até certo momento com sucesso, do nacionalismo revolucionário, que foi uma preocupação desde o começo da hegemonia do grupo encabeçado por Venustiano Carranza (1914). Os governos pós-revolucionários sempre se mostraram profundamente antiimperialistas, o que pode ser explicado sucintamente pelo papel que desempenharam as potências estrangeiras durante a ditadura de Porfirio Díaz que não permitiram o florescimento da burguesia nacional por muito tempo. Especificamente, os Estados Unidos de América (EUA), mantiveram uma posição intervencionista durante o processo revolucionário mexicano, primeiro na intervenção na consolidação do golpe de Estado de Victoriano Huerta contra Francisco I. Madero; depois na invasão de Veracruz em 1914; e por último nas declarações contra a Constituição Mexicana proclamada em 1917, por considerá-la confiscatória (AGUILAR CAMÍN & MEYER, 2000). Além disso, os estrangeiros sempre foram os padrões exploradores dos operários e camponeses, pelo que se compartilhavam certos elementos nacionalistas entre a burguesia e o povo em geral.

Enquanto à política interna, esses governos tiveram interesse em construir o verdadeiramente mexicano, a identidade nacional, através da cultura em geral, mas particularmente por meio da educação primária (campanhas de alfabetização e distribuição de livros de texto gratuitos enfocados, sobretudo, à difusão de uma história pátria) e da massificação da arte (muralismo em prédios públicos com vocação pedagógica), empresa encarregada a José

---

acima mencionadas (GONZÁLEZ CASANOVA, 1967.). Encontramos, também, que este é o texto que faz uma descrição mais complexa e paradoxalmente menos personalista do presidencialismo mexicano, já que tem colocado mais atenção no estudo da questão da sucessão presidencial, como expressão da corrupção das estruturas do Estado, a diferença de CASTAÑEDA, 1999; COSÍO VILLEGAS, 1975; e, 1974; SCHMITH, 1986.

<sup>8</sup> Segundo Carpizo, as principais características do presidencialismo mexicano podem se resumir da seguinte maneira: a) o presidente da república é ao mesmo tempo o chefe do partido hegemônico; b) o poder legislativo está completamente debilitado, porque a maioria dos legisladores são também membros do partido predominante; c) a suprema corte de justiça está integrada por elementos políticos que não se opõem aos assuntos de interesse presidencial; d) existe uma marcada influência na economia através de mecanismos como o banco central, organismos descentralizados e firmas de participação estadual; e) o exército também está institucionalizado e seus chefes dependem diretamente do presidente quem tem o posto de “Chefe Supremo das Forças Armadas”; f) há uma forte influência na opinião pública através do controle dos meios de comunicação de massa; g) o poder executivo concentra e distribui os recursos econômicos; h) o presidente tem amplos poderes constitucionais e extra constitucionais (por exemplo, a faculdade de designar o sucessor e governadores, fazendo da eleição popular uma ficção); i) na figura presidencial concentram-se as decisões de todos os aspectos internacionais nos quais o país intervém, sem oposição do senado; j) o governo do distrito federal depende diretamente do executivo; e por último – como elemento psicológico – k) sempre se aceita o papel predominante do executivo sem que se lhe questione (CARPIZO, 1985: 25-26).

Vasconcelos, reitor da Universidade Nacional do México (1920-1921) e posteriormente Secretário de Educação Pública (1921-1924).<sup>9</sup>

As bases ideológicas permitem assim,

*uma grade comum de leitura dos acontecimentos que funda sua solidariedade de ação; permite exprimir, em termos de interesses gerais e escolha da sociedade, dando-lhes um alcance geral, decisões e atitudes cuja origem está muitas vezes na conjuntura mais imediata; constitui enfim, para além de toda finalidade puramente prática, um conjunto de crenças que permite integrar os membros do partido numa comunidade quase espiritual* (BERSTEIN, 2003: 91).

O nacionalismo revolucionário então, permitiu “*la reinstauración de un régimen autoritario pero ahora recubierto de un corporativismo moderno*” (CUEVAS DÍAZ, 1992: 29) aplicando, sem muita resistência popular, medidas reformistas que beneficiavam minimamente os sectores populares.

Nesse contexto, buscamos salientar um aspecto peculiar do presidencialismo mexicano, a política exterior, e especificamente sua relação com os EUA. México sempre demonstrou independência respeito à política do vizinho do norte,<sup>10</sup> sobretudo depois da investida contra as companhias petroleiras norte-americanas em 1938, no contexto da expropriação petroleira *cardenista*. Não obstante, apesar do discurso, México se alinhou no eixo político dos EUA a partir da Segunda Guerra, quando a conjuntura mundial apura a firma de acordos bilaterais, onde os EUA se comprometem a facilitar a obtenção dos primeiros empréstimos internacionais para a produção de matérias primas exigidas pela situação bélica, em troca da assinatura de tratados comerciais, de migração e de cooperação militar. A dependência é mútua, e a penetração dos EUA não está só no âmbito econômico, também no político e cultural.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> A construção da identidade nacional é o fundamento da política externa, já que determina diretamente a política militar e a estratégia global (MILZA, 2003: 91). O interno e o externo são políticas indissolúveis e a ideologia joga um papel fundamental já que, como sinala Pierre Milza, é constitutiva do sistema e prevalece sobre qualquer outra consideração, o que idealmente nos levaria a pensar que a ação internacional fosse sua pura e simples projeção externa, ainda que isto escape à realidade, “de um lado porque os objetivos de longo prazo apregoados pelo poder — a conquista do ‘espaço vital’, a ‘revolução mundial’, a propagação do Islã fundamentalista etc. — justificam de saída todos os compromissos e todas as sinuosidades da *Realpolitik* e dão uma coerência às ações mais contraditórias”. (MILZA, 2003: 378).

<sup>10</sup> Um exemplo disso é o apoio que México deu à guerrilha sandinista na Nicarágua na década dos anos vinte; ou já em tempos da guerra fria, a condenação ao golpe de Estado de 1954 na Guatemala, bem como o reconhecimento diplomático do governo revolucionário cubano e a manutenção das relações comerciais com a ilha.

<sup>11</sup> Para observar o conveniente que resultava para os serviços de inteligência norte-americanos o discurso nacionalista mexicano na política exterior, ver AGEE, 1978.

Em palavras de Aguilar Camín & Meyer: “era preciso manter relações cordiais com o vizinho do Norte, mas admitindo simultaneamente a existência de antagonismos estruturais que impossibilitavam uma absoluta compatibilidade de interesses” (AGUILAR CAMIN & MEYER, 2000: 262). México encarnava, assim, a figura de um país independente, resultado de uma revolução nacionalista (contrapondo-se às teorias da internacionalização da revolução socialista), e, sobretudo, soberano e alheio às disputas dos polos hegemônicos em pugna durante o período da guerra fria.<sup>12</sup> É preciso assinalar que a influência dos modelos políticos externos tem como resultado uma alteração no clima moral – o caso do México parece paradigmático a respeito: “as tendências aparentemente contraditórias da política externa se esclarecem muito quando as relacionamos com as opções ‘internas’ que se impuseram aos seus dirigentes ou serviram a estes para mobilizar as massas e o partido contra seus próprios concorrentes” (MILZA, 2003: 377).

Contudo, junto ao aparente consenso que tinha adquirido internamente e a legitimidade internacional do governo revolucionário, para o fim da década dos cinquenta e princípio dos sessenta, se desenvolve uma série de movimentos conjunturais e fundamentais para a reconfiguração da esquerda mexicana. Falamos do movimento dos maquinistas de trem (1959), o movimento camponês encabeçado por Rubén Jaramillo (1958-1962), as greves de professores (1958) e depois de médicos (1964), e claro, o movimento estudantil que tem seu auge em 1968, constituindo-se em severa crítica ao sistema presidencialista e à política de governo.<sup>13</sup> A resposta foi brutal por meio do exército nos estados, e do corpo de *granaderos*.<sup>14</sup>

O rasgo autoritário do Estado mexicano é um elemento que se retoma em grande parte dos textos que analisam o presidencialismo. O grau de radicalização da repressão e seu salto qualitativo para a contrainsurgência é um argumento que não encontra consenso na historiografia mexicana. Por exemplo, para Enrique Krauze “*el nuevo Estado mexicano no tuvo mayores*

<sup>12</sup> Período que abarca de 1946 a 1991, e que se caracteriza pelo confronto entre os EU e a URSS como eixo da política internacional. O conflito foi deslocado para a periferia (América Latina, Ásia e África), onde, além de responder às problemáticas internas, houve intervenção de ambas as potências no desenvolvimento de tais conflitos, seja no apoio dado a governos autoritários ou ditatoriais, seja desestabilizando governos democráticos ou progressistas etc.

<sup>13</sup> No final da década de cinquenta, o “milagre mexicano” permitiu que se criasse um clima de estabilidade a nível nacional e internacional, produzindo, além do mais, um “crecimiento económico relevante (...) [logrando que] las fuerzas productivas se desarrollaran notablemente y provocando cambios en la estructura y en el peso específico de las clases sociales” (WOLDENBERG & HUACUJA, 1979: 29), através da execução de um modelo econômico desenvolvimentista. Fomenta-se a inversão privada nacional e estrangeira, assim como a criação de infraestrutura econômica junto a organismos e firmas do Estado. Socialmente surgiu uma burguesia nacional protegida pelo Estado e se esboçou o que posteriormente seria a moderna classe média (SMITH, 2001: 334.). Esta mesma classe média é a que eleva os níveis da luta social desde 1958.

<sup>14</sup> Nome do grupo de choque da polícia do Distrito Federal.

*tentaciones totalitarias: no incurrió en el terror ideológico ni en la represión masiva, no abolió el mercado ni burocratizó la sociedad*” (KRAUZE, 1997: 29). Mientras que para Enrique Condés Lara, “*el gobierno modificó su discurso oficial para conseguir mejores condiciones para aislar y aplastar a los grupos armados emergentes, (...) y consiguió lo que quiso: todo el mundo se desentendió de lo que ocurría en México, y el aniquilamiento de los rebeldes fue más fácil*” (CONDÉS LARA, 2007, tomo II: 10). A peculiaridade da situação mexicana no contexto da guerra fria,<sup>15</sup> bem como a falta de consenso sobre o fato da violência de Estado e da contrainsurgência na situação mexicana, tem ocasionado a desatenção sobre o vínculo existente entre a segurança nacional estadunidense e a mexicana. Mas esta influência constitui-se em fenômeno completamente novo no México? Sob que antecedentes se montou esta renovação doutrinária?

Antes de 1968, o exército era o encarregado da repressão. Com a adoção da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) nos anos sessenta, o serviço de inteligência mexicano, especificamente a Direção Federal de Seguridad (DFS), viveu uma renovação, influenciada também pela sofisticação das doutrinas estadunidenses,<sup>16</sup> e começaram a formar grupos de elite paramilitares integrados pelas distintas corporações de inteligência e corpos repressivos já existentes (as polícias e o exército), todos executores da nova escola contrainsurgente assimilada pelos EUA e por grande parte dos exércitos latino-americanos.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> A tese sobre a peculiaridade mexicana no contexto da guerra fria é desenvolvida pelo historiador Friedrich Katz. Ele coloca que esta característica reside no fato de que nenhuma das grandes potências em disputa teve interesse em desestabilizar o governo mexicano. Assim, não houve treinamento militar de guerrilhas por parte da União Soviética ou de outro satélite comunista. Os EUA não ocuparam o território nem armou uma guerrilha “contra”, tampouco foi tão às claras o armamento e a inversão estadunidense no exército mexicano. Foi o México o único país que teve relações com ambos os blocos, sem levantar protestos de qualquer das duas partes em conflito. (KATZ, 2004). Aliás, México é o único país que viveu uma insurgência armada e que não estava legalmente sob um regime ditatorial.

<sup>16</sup> Em 1929 é criado o Departamento Confidencial, com o objetivo de auxiliar o governo dando seguimento à investigação dos possíveis fatores desestabilizadores. Em 1946, por decreto do primeiro presidente civil (Miguel Alemán Valdés), o Departamento Confidencial troca de nome para Direção Geral de Investigações Políticas e Sociais (IPS) e também é criada a DFS, organismo reformulado a partir do esquema da Oficina Federal de Investigação dos estadunidenses (FBI na sigla em inglês). A IPS até 1964 permanece com a única função de observar eleições e elaborar biografias de candidatos. A DFS, por sua conta, tinha uma função operativa além da execução da espionagem política (AGUAYO, 2001: 73).

<sup>17</sup> A sofisticação de tal doutrina militar foi desenvolvida pelos franceses na Indochina (1945-1954), mas, sobretudo, na Argélia (1954-1962). O colonialismo francês enfrenta-se ao novo método de luta que desenvolveram as guerras de libertação nacional, onde o que existe já não é um enfrentamento direto entre exércitos como nas guerras mundiais, agora a guerra se torna irregular. São enfatizadas as atividades de inteligência e infiltração das estruturas inimigas. Outra característica é que a batalha se transfere ao indivíduo, ou seja, ao corpo. Os métodos de interrogatório, ou eufemisticamente chamados de investigação, foram feitos com base na tortura física e psicológica, desenvolvendo-se dessa maneira um amplo catálogo (eletrochoque, tortura nazista, voos da morte,

México sendo um sistema democrático “exemplar” onde não se têm assassinado presidentes desde 1929 (ano que deu início à institucionalização da Revolução), sendo um país em que não houve golpes de Estado encabeçados por militares e as eleições presidenciais consequentemente têm sido ininterruptas,<sup>18</sup> enfim, em que medida se assimilou a DSN? Como foi valorada a aparição de grupos armados no território nacional? Utilizaram-se os mesmos métodos contrainsurgentes que nas ditaduras militares sul-americanas abertamente patrocinadas e educadas pelos EUA? Apesar de defender sua soberania diante de qualquer potência com a arma ideológica do nacionalismo revolucionário, que fatores foram considerados para justificar o treinamento e a adoção de uma doutrina estrangeira? As formas específicas de organização do poder político no México influenciam de alguma maneira na forma em que se exerce a violência contra a oposição?

Nossa hipótese é que entre 1964 e 1982, México passou de um Estado autoritário<sup>19</sup> para um contrainsurgente. Em linhas gerais, consideramos o termo contrainsurgência, como a aplicação de táticas militares à luta política, e que se expressa na criação de corpos paramilitares treinados e financiados pelo próprio Estado, o reforço dos exércitos através da capacitação e armamento, mas, sobretudo, caracteriza-se pelo desenvolvimento de uma linha de enfrentamento prático, ideológico e discursivo, contra os movimentos revolucionários (MARINI, 1978: 16).<sup>20</sup>

---

etc.). Esta experiência foi transmitida aos exércitos latino-americanos pelos EUA na Escola das Américas (Cfr. ROBIN, 2004).

<sup>18</sup> O princípio de não reeleição – bandeira de luta da revolução contra a ditadura porfirista – foi instituído pelo caudilhismo pós-revolucionário, e as eleições de caráter popular tem operado ininterruptamente, só com uma modificação em 1928, onde se instituíram seis anos de período presidencial em lugar de quatro. Este elemento se toma em conta para afirmar o desenvolvimento e exemplaridade da democracia mexicana, em contraposição a qualquer tipo de ditadura.

<sup>19</sup> Entendemos o autoritarismo como “la construcción de un universo binario, uno de cuyos polos expresa la norma inapelable, impuesta desde un principio de autoridad, supuestamente superior en términos morales e incluso *naturales*; por su parte, el Otro es una agregación de lo que no corresponde a dicha norma. Ese Otro se construye como despreciable y peligroso, lo que avalaría la *necesidad* de destruirlo” (CALVEIRO, 2006: 363.). O autoritarismo então é um promotor da intolerância, pelo que a violência ocupa um lugar privilegiado nas políticas sociais.

<sup>20</sup> Em 1965, inaugura-se a experiência armada mexicana com o malogrado assalto ao quartel militar da cidade de Madera, Chihuahua, do Grupo Popular Guerrilheiro encabeçado pelo professor rural Arturo Gámiz García. Desde 1967, opera a guerrilha do professor Genaro Vázquez Rojas (Associação Cívica Nacional Revolucionária) e desde 1969, a do professor Lucio Cabañas Barrientos (Partido dos Pobres) no estado de Guerrero, constituindo-se nos referenciais da luta armada rural. Enquanto isso, com os constantes golpes ao movimento estudantil, sobretudo depois da matança de estudantes em 10 de junho de 1971, muitos deles decidem ir à clandestinidade armada – influenciados, além do mais, pela Revolução Cubana e as demais experiências armadas latino-americanas (Tupamaros de Uruguai), asiáticas (Vietnam e China) e africanas (Argélia), lutas que aportam novidades em questão teórica, tática e estratégica. Contam-se perto de vinte e oito grupos armados de extração majoritariamente

Acreditamos que são dois os elementos que constroem as bases para dito trânsito. Por um lado, na política interna, se viveu um progressivo abandono dos preceitos revolucionários, adquirindo verniz conservador e traços fortemente autoritários. A cultura política<sup>21</sup> mexicana, caracterizada entre outras coisas pelas práticas como os *dedazos*,<sup>22</sup> as fraudes eleitorais, a corrupção, o nepotismo e a concentração excessiva do poder na figura presidencial, propiciaram que a DSN estadunidense fora assimilada, sem a necessidade de anunciá-lo abertamente, ocultando e endurecendo a repressão à oposição e aplicando a contrainsurgência sobre os grupos armados.

Por outro lado, enquanto à política exterior, o México se mostrou sempre como um país neutro e algumas vezes com discursos tendendo à esquerda, independente à linha estadunidense. Criou uma imagem de governo revolucionário com o fim de preservar a legitimidade internacional, sustentada nas peculiaridades ideológicas do nacionalismo revolucionário. Ou seja, discursivamente México nunca se mostrou alinhado à DSN, como ocorrera nas ditaduras latino-americanas. Encontramos então que as características que imprime o presidencialismo no sistema político mexicano, assim como o duplo discurso na política exterior, são os fatores determinantes para o encobrimento da guerra suja mexicana, e a prática institucional da contrainsurgência, constituindo assim, uma “ditadura perfeita”.<sup>23</sup>

---

universitária. Entre os mais importantes se encontram o Movimento de Ação Revolucionária, a Liga Comunista 23 de Setembro e as Forças de Libertação Nacional (CASTELLANOS, 2008.).

<sup>21</sup> Motta insere o conceito “cultura política”, dentro do âmbito da ideologia na sua conceição marxista, e a define como “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.” (MOTTA, 2009: 21) René Rémond assinala que a cultura política, além do mais, “resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo”. (RÉMOND, 2003: 450).

<sup>22</sup> Designação de funcionários feita diretamente pelo presidente.

<sup>23</sup> “Recuerdo haber pensado muchas veces sobre el caso mexicano con ésta fórmula —dijo entonces Vargas Llosa: México es la dictadura perfecta. La dictadura perfecta no es el comunismo, no es la Unión Soviética. No es la Cuba de Fidel Castro: es México, porque es una dictadura de tal modo camuflada que llega a parecer lo que no es, pero que de hecho tiene, si uno le escarba, todas las características de una dictadura.” Frase dita pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa durante um encontro internacional de intelectuais organizado pela revista *Vuelta*, “El siglo XX: La experiencia de la libertad”, (27 de agosto - 2 de setembro de 1990). As diferenças com as ditaduras sul-americanas, especificamente a brasileira, a chilena e a argentina, são até certo ponto óbvias (o presidencialismo foi civil e o número de mortos, desaparecidos e presos, foi menor). Sabemos que ao menos até o ano 2000, o México era o único país latino-americano que não se havia feito responsável pelos mortos. Queremos afirmar, então, que nenhum dos últimos governos do PRI conformou uma comissão da verdade, como tem sido denominada na América do Sul. É até a chegada à presidência de Vicente Fox Quezada (PAN), que se formou a Procuradoria [Fiscalía] Especial para os Movimentos Sociais e Políticos do Passado (FEMOSPP) com dois objetivos: esclarecer a história da guerra suja desde 1968, e julgar os responsáveis. Finalmente, as expectativas que gerou esta instância

A prática contrainsurgente, junto ao endurecimento na política repressiva contra os grupos opositores, foi localizada durante os períodos presidenciais de Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970), de Luis Echeverría Álvarez (1970-1976) e de José López Portillo (1976-1982). Segundo Gramsci, podemos caracterizar este período como agudização de uma crise de hegemonia resultado do fracasso do “milagre mexicano”.<sup>24</sup> Entendemos hegemonia não só como a direção das decisões econômicas e políticas da sociedade, senão também como a direção moral e intelectual dessa sociedade. Este último fator é o que faz viável o domínio, o que gera consenso.<sup>25</sup> Nesse sentido, a hegemonia se vale tanto da coerção necessária para manter o poder, como do consenso que o faz culturalmente aceitável.<sup>26</sup> Agora, nesta situação de crise, a classe dirigente definitivamente já não tem o controle das classes subalternas, o consenso está rompido. A sacralização da figura presidencial foi deixada de lado. A classe política já não representa a totalidade da população e há um distanciamento das massas. O partido caducou, o partido termina por tornar-se anacrônico e, nos momentos de crise aguda, chega a esvaziar-se inteiramente de seu conteúdo social e fica como se estivesse construído no vazio (GRAMSCI, 1972: 105).

Nesses dezoito anos, encontramos também um incremento na atividade da polícia política: a Direção Federal de Segurança (DFS), a Direção Geral de Investigações Políticas e Sociais (IPS), e a Divisão de Investigações para a Prevenção da Delinquência (DIPD);<sup>27</sup> uma reconfiguração na doutrina militar;<sup>28</sup> a conformação de grupos paramilitares tais como o Batalhão

---

se vieram escurecidas pelo fracasso. A FEMOSSP foi extinta com o sexênio de Fox sem que completasse um resultado formal da investigação, definitivamente não se fez justiça quanto àqueles assinalados como culpados, entre eles os ex-presidentes Luis Echeverría y José López Portillo. (BALLINAS, 22 de março de 2011.).

<sup>24</sup> Ver nota 13.

<sup>25</sup> Thompson assinala que a hegemonia não é uma imposição simples que implique a dominação total, “no impone una visión total de la vida: más bien impone orejas que impidan la visión en ciertas direcciones mientras la dejan libre en otras” (THOMPSON, 1995: 106). O fato de que as crises possibilitem a radicalização da resistência, não implica que anteriormente não existiram, mas como diz Barrington Moore, “hay una tendencia constante a que los que tienen la autoridad inviertan este proceso en su propio beneficio y por tanto se da una tendencia correspondiente de parte de los súbditos a resistir a la autoridad, evadirla o bien oponerse a ella”. (MOORE, 1989: 38).

<sup>26</sup> “una hegemonía tan sólo puede ser mantenida por los gobernantes mediante un constante y diestro ejercicio, de teatro y concesión.” (THOMPSON, 1995: 105.). Porém, a tolerância e a concessão, tão eficientes para a consolidação dos governos priístas, fica afeitada, pelo aumento da repressão e a precarização da vida, resultado da crise do modelo econômico.

<sup>27</sup> Isso pode se afirmar, pela quantidade de informes emitidos pelos agentes a partir desses anos, resguardados na galeria 2 do Arquivo Geral da Nação, que contém documentos emitidos por IPS e DFS desde 1929 até 1985.

<sup>28</sup> Podemos situar três etapas doutrinárias dentro das Forças Armadas mexicanas: primeiro este tinha propiciado a construção de um Estado estável, erradicando a anarquia que deixou o processo revolucionário. Logo, foi o defensor do povo frente às ameaças estrangeiras depois da incursão do México na segunda guerra mundial. E por último, o exército se converteu em polícia. A radicalização do movimento social foi o pretexto para a compra de

Olímpia, os Falcões e a Brigada Branca;<sup>29</sup> e por último, a total impunidade no trabalho – legal e ilegal – dos distintos corpos policiais (federal, judiciário, estadual, municipal e de trânsito) e do corpo de *granaderos*.<sup>30</sup> Todas essas forças repressivas estão em sintonia e também sob as ordens diretas do presidente da república, com o argumento do respeito e manutenção do “estado de direito”.

Na teoria do direito segundo Hegel, as normas representam o conjunto de regras jurídicas que regem um país. A normalidade é o que não está fora, nem transgride as regras jurídicas. Essa normalidade é o que se conhece como estado de direito ou ordem jurídica, ou seja, a forma pela qual o Estado se organiza e organiza a sociedade civil (HEGEL, 2009). A negociação entre o Estado e a sociedade civil é a política. Enquanto o direito e a violência permanecem separados, o sistema político funciona, mas quando se suspende o direito, se entra num “estado de exceção”, fundamento da soberania do Estado (SCHMITT, 1999). A soberania então é a capacidade de tomar a decisão extrema de suspender o direito, o que é o mesmo que fazer a guerra. A violência e a repressão, mas, sobretudo a guerra, são as protetoras da ordem jurídica. Benjamin observa que existem dos tipos de violência: a fundadora do direito e que o conserva junto à ordem; e a violência pura que está fora da ordem e do direito (BENJAMIN, 1977: 44-45). Aplicou-se a violência pura no México?

---

tecnologia militar. Há uma modernização do aparato repressivo (SIERRA GUZMÁN, 2003: 42). Desde 1964, com Díaz Ordaz na presidência, se registram 306 oficiais estudando em academias militares dos Estados Unidos (IBARROLA, 2003: 64). Começam também a incluírem-se manuais de guerrilha e de táticas de infantaria nas publicações da instituição militar que tinham fins pedagógicos, como o escrito pelo general Mario Arturo Acosta Chaparro, *Movimiento subversivo en México* (documento digital).

<sup>29</sup> *Batalhão Olímpia*: conformado sob o pretexto de resguardar as instalações esportivas onde se realizariam os jogos olímpicos de 1968. Participou junto ao exército na matança dos assistentes à manifestação de 2 de outubro na Praça das Três Culturas de Tlatelolco. *Falcões*: grupo paramilitar de vocação antiterrorista, criado para proteger as instalações do Sistema de Transporte Coletivo do Metrô, as instalações de bombas de águas pretas, e o tendido elétrico no distrito federal. Foram utilizados, sobretudo, contra o movimento estudantil. (IBARROLA, 2003: 67; SIERRA GUZMÁN, 2003: 87). *Brigada Branca*: Criada em 1974, foi integrada por agentes da DFS, IPS e DIPD, na justificativa da intensificação das ações à mão armada da Liga Comunista 23 de Setembro. É o organismo paramilitar mais sofisticado e mais perto da escola francesa contra-insurgente. (CORTÉS GUTIÉRREZ, 2005: 113).

<sup>30</sup> Segundo Benjamin, a polícia tem a possibilidade de estabelecer para si mesma um poder para ordenar, adjudicando-se, assim, atribuições jurídicas que não justificam “las intervenciones más brutales, [operando] con tanta mayor ceguera en los sectores más indefensos y contra las personas sagaces a las que no protegen las leyes del Estado” (BENJAMIN, 1977: 31-32). Nesse sentido, os corpos policiais representam uma forma de poder que funda leis não escritas e ao mesmo tempo conserva o direito, que como assinala Gramsci, é um elemento constitutivo da hegemonia, pois que representa um mecanismo de preservação da ideologia dominante (PORTELLI, 1990: 23). “La policía interviene ‘por razones de seguridad’ en casos innumerables en los que no subsiste una clara situación jurídica, cuando no acompaña al ciudadano, como una vejación brutal, sin relación alguna con fines jurídicos, a lo largo de una vida regulada por ordenanzas” (BENJAMIN, 1977: 31-32).

As forças da ordem, o exército, as corporações da polícia (excedendo as funções estipuladas para eles tanto na Constituição, como nos códigos civis dos estados) e os grupos paramilitares (que violentam de todas as formas a ordem jurídica), atuaram contra a sociedade civil. México então viveu um estado de exceção, onde uma parte da sociedade civil deixa de ser parte dela, se converte em inimigo interno. Agora, com isto não queremos igualar o sistema político mexicano a uma ditadura. Considerando as profundas diferenças, caracterizamos a situação duma ditadura como um “estado de exceção permanente”, que consiste na completa erradicação da política e de todo tipo de mediador entre o Estado e a sociedade civil, onde “*existe una suspensión de todo orden legal, un verdadero vacío jurídico, donde el estado de derecho es desplazado por el estado de excepción, dejando libre de toda atadura y de todo límite a la violencia policíaca y militar*” (FUENTES & ZAMORA, 2011: 39). De qualquer forma, ainda que não permanente, propomos a existência de um estado de exceção num México sem ditadura.

#### Bibliografia.

- ACOSTA CHAPARRO, Mario Arturo. *Movimiento subversivo en México*. México: s/ed., enero 1990 [Documento digital].
- AGEE, Philip. *Diario de la CIA*. Barcelona: Laia, 1978.
- AGUAYO, Sergio. *La Charola: una historia de los servicios de inteligencia en México*. Ciudad de México: Grijalbo, 2001.
- AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana; História mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- BALLINAS, Víctor, “Se disparan casos de tortura en México, informan a grupo de trabajo de la ONU”. In: *La Jornada*, 22 de marzo de 2011.
- BENJAMIN, Walter. *Para una crítica de la violencia*. México: Premia editora, 1977.
- BERSTEIN, Serge. “Os partidos”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, pp. 57-98.
- CALVEIRO, Pilar. “Los usos políticos de la memoria”. In: CAETANO, Gerardo (coord.). *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 359-382.
- CARPIZO, Jorge. *El presidencialismo mexicano*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1985.
- CASTAÑEDA, Jorge. *La herencia: arqueología de la sucesión presidencial en México*. Ciudad de México: Alfaguara, 1999.
- CASTELLANOS, Laura. *México armado; 1943-1981*. Ciudad de México: ERA, 2008.
- CONDÉS LARA, Enrique. *Represión y rebelión en México, 1959-1985*. Tomo II. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla - Miguel Ángel Porrúa, 2007.
- CORTÉS GUTIÉRREZ, Donají, *Tesis-reportaje: el impacto que dejó la guerra sucia de México en militantes de la guerrilla urbana y en familiares*, Ciudad de México, tesis de licenciatura UNAM – FCPyS, 2005.

- COSÍO VILLEGAS, Daniel. *El estilo personal de gobernar*. Ciudad de México: Joaquín Mortiz, 1974.
- \_\_\_\_\_. *La sucesión presidencial*. Ciudad de México: Joaquín Mortiz, 1975.
- \_\_\_\_\_. *El sistema político mexicano: las posibilidades de cambio*. Ciudad de México: Joaquín Mortiz, 1976.
- CUEVAS DÍAZ, Jesús Aurelio. “Presidencialismo y sistema político de partido dominante”. In: BASURTO, Jorge y CUEVAS, Aurelio (coord.). *El fin del proyecto nacionalista revolucionario*. Ciudad de México: UNAM-Instituto de Investigaciones Sociales, 1992, p. 27-33.
- FUENTES, Ernesto & ZAMORA, Bárbara. “La guerra infinita”. In: *Revista Rebeldía*, n. 77, 2011, p. 36-40.
- GARRIDO, Luis Javier. *El Partido de la Revolución Institucionalizada*. Medio siglo de poder político en México: La formación del nuevo Estado (1928-19945). Ciudad de México: Secretaría de Educación Pública-Siglo XXI, 1986. (Cien de México).
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *A democracia no México*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavelo*, sobre la política y sobre el Estado moderno. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1972.
- HEGEL, Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia (coord.). *Presidencialismo y sistema político*. México y los Estados Unidos. Ciudad de México: El Colegio de México-Fideicomiso Historia de las Américas/Fondo de Cultura Económica, 1994.
- IBARROLA, Javier. *El ejército y el poder: impacto e influencia política en el México moderno*. Ciudad de México: Océano, 2003.
- KATZ, Friedrich. “La guerra fría en América Latina y el Caribe”. In: SPENSER, Daniela (coord.). *Espejos de la guerra fría: México, América Central y el Caribe*. Ciudad de México: Miguel Ángel Porrúa, 2004, p. 11-19.
- KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). Ciudad de México: Tusquets Editores, 1997.
- MARINI, Ruy Mauro *et. al.* “La cuestión del fascismo en América Latina”. In: *Cuadernos Políticos*, Ciudad de México, Ediciones ERA, núm. 18, octubre-diciembre, 1978, p. 13-34.
- MENDOZA BERRUETO, Eliseo. *El presidencialismo mexicano*. Una tradición ante la reforma del Estado. Ciudad de México: El Colegio de la Frontera Norte-Fondo de Cultura Económica, 1998.
- MILZA, Pierre. “Política interna e política externa”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, pp. 365-399.
- MOORE, Barrington. *La injusticia: Bases sociales de la obediencia y la rebelión*. Ciudad de México: UNAM, 1989.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- RÉMOND, René. “Do político”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, pp. 441-450.
- ROBIN, Marie-Monique. *Escuadrones de la muerte: la escuela francesa*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.

- RUIZ HARRELL, Rafael. *Exaltación de ineptitudes*. Ciudad de México: Editorial Posada, 1988.
- SCHMITT, Carl. *La dictadura: desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletaria*. Madrid: Alianza, 1999.
- SCHMITH, Samuel. *El deterioro del presidencialismo mexicano: los años de Luis Echeverría*. Ciudad de México: Editores Asociados Mexicanos (EDAMEX), 1986.
- SIERRA GUZMÁN, Jorge Luis. *El enemigo interno: contrainsurgencia y fuerzas armadas en México*. Ciudad de México: Centro de Estudios Estratégicos de América del Norte-Universidad Iberoamericana-Plaza y Valdés Editores, 2003.
- THOMPSON, E. P. *Costumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995.
- WOLDEMBERG, José & HUACUJA R., Mario. *Estado y lucha política en el México actual*. Ciudad de México: Ediciones El Caballito, 1991.